pública, 24 de Fevereiro de 1916.—*Bernardino Machado*—*Afonso Costa*—*Artur R. de Almeida Ribeiro*—*João Catanho de Meneses*—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*—*Vitor Hugo de Azevedo Coutinho*—*Augusto Luís Vieira Soares*—*António Maria da Silva*—*Alfredo Rodrigues Gaspar*—*Frederico António Ferreira de Simas*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

6.ª Repartição

PORTARIA N.º 595

Aos governadores das províncias ultramarinas, para seu governo e fins convenientes: manda o Governo da República Portuguesa comunicar que foi prorrogado, até o fim da guerra, o prazo de validade do decreto real italiano, de 2 de Maio do ano findo, relativo à entrada e residência de estrangeiros em Itália, assunto a que se refere a portaria de 9 de Junho de 1915, publicada no *Diário do Governo* n.º 110, 1.ª série, de 11 do mesmo mês e ano.

Paços do Governo da República, 24 de Fevereiro de 1916.—O Ministro das Colónias, *Alfredo Rodrigues Gaspar*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Universitária

DECRETO N.º 2:230

(Publicado em suplemento ao *Diário* n.º 34, de 23 de Fevereiro)

Tendo em atenção o disposto na lei n.º 478, de 29 de Janeiro de 1916, e nos artigos 33.º, n.º 5.º, e 87.º do decreto-lei de 19 de Abril de 1911; e

Usando das faculdades que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os Senados das Universidades da República e os conselhos das escolas de ensino superior, não filiadas nas Universidades, ficam autorizados a abonar as faltas dadas pelos alunos nos respectivos cursos teóricos e nos trabalhos práticos quando reconhecerem que essas faltas são justificáveis por qualquer motivo ou que foram determinadas por dúvidas na interpretação e aplicação dos regulamentos escolares.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 23 de Fevereiro de 1916.—*Bernardino Machado*—*Frederico António Ferreira de Simas*.